

PERDAS E GANHOS DA DESVALORIZAÇÃO

VENDAS NO SETOR DE
CALÇADOS
CRESCERAM 19%, MAS
BALANÇA COMERCIAL
CONTINUA
DEFICITÁRIA E
INFLAÇÃO EM ALTA

Jorge Cardoso 22.10.97

Liana Verdini

Da equipe do **Correio**

Emprego, produção e vendas em alta. Esses indicadores bem poderiam ser da economia norte-americana. Mas são da indústria brasileira de calçados. Desde a mudança na política cambial, em meados de janeiro, o comércio de sapatos nacionais destinados ao exterior vem crescendo. Pelos dados da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), em maio o número de unidades vendidas cresceu 19% e o volume exportado aumentou US\$ 2 milhões em relação a igual período do ano passado.

“Os efeitos ainda são limitados, mas o estado de espírito dos empresários mudou muito depois da desvalorização do real”, diz o vice-presidente da Abicalçados, Ricardo Wirth. “A expectativa é de melhorar as vendas no segundo semestre, de forma a encerrar o ano com 20% a mais de unidades exportadas.” Em termos financeiros, a reação deve ser menos acentuada, com um crescimento de 13%. Voltar ao patamar de US\$ 1,5 bilhão de sapatos exportados, volume anual de vendas entre 1994 e 1997, é a meta para este ano. “Perdemos muito mercado durante o período em que o real ficou sobrevalorizado. Agora é hora de recuperar terreno”, conta.

O bom desempenho do setor de calçados é apenas uma das consequências da liberação do preço do dólar na economia brasileira. Passados seis meses da mudança na política cambial, já é possível computar com mais clareza também os efeitos negativos da mudança: aumento da inflação, agravamento da recessão e piora nos indicadores de desemprego.

A balança comercial também teima em continuar deficitária, apesar da queda em dólar do preço dos produtos nacionais. O indicador mais imprevisível, no momento, é a inflação. As autoridades do Ministério da Fazenda permitiram reajustes nos preços da energia elétrica, dos telefones e dos combustíveis, por causa do aumento do dólar. Para o economista e ex-diretor de Dívida Pública do Banco Central (BC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, o impac-



Pratini: “Aposto na queda de 5% das exportações e redução de 15% das importações. Com isso, conseguimos o saldo previsto pelo governo”

to desse tarifaço neste mês deve ser de dois pontos percentuais sobre os índices de preço ao consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “O choque tarifário já estará absorvido em agosto”, diz.

O ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega acha que o aumento de custos não será repassado ao consumidor porque a economia está muito desaquecida e as pessoas não aceitarão preços mais altos. “Esse aumento de tarifas reduziu ainda mais a renda real dos trabalhadores”, argumenta. “E não podemos esquecer que a sociedade se livrou da cultura

inflacionária, o que ficou demonstrado nos meses seguintes à liberação do dólar.”

Essa certeza não tem o professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Márcio Pochmann. “Não está descartado um novo repique da inflação no segundo semestre.” Especialmente, completa o ex-diretor do BC, se o dólar voltar a subir. Para o economista e diretor de investimentos da administradora de recursos Nikko Brasil, João Luis Máscolo, vai haver uma queda-de-braço entre produtores e consumidores para ver quem fica com os efeitos do tarifaço. “Quando o governo definiu que a meta de

inflação poderia chegar a 10%, as autoridades previram a possibilidade de haver algum repasse para os preços”, conclui.

INDEFINIÇÃO

O cenário obscuro da inflação confunde também o horizonte dos juros, que tem ainda outros fatores influenciando a decisão das autoridades. O destino do capital estrangeiro, por exemplo, é o principal deles. “Se os recursos continuarem entrando no país, as taxas podem baixar mais”, diz o ex-diretor do BC. “Caso contrário, haverá pressão sobre o dólar e o BC poderá usar os juros para conter a alta da moeda norte-

americana.” Além disso, o Fed, banco central dos Estados Unidos, decide o que fazer com as taxas de lá no próximo mês. “Pode haver nova alta, o que terá reflexos aqui.”

Por tudo isso, os economistas não acreditam na redução no curto prazo das taxas pagas pelo consumidor no momento de financiar a compra ou quando usar o cheque especial. “Pode haver uma ligeira queda, mas a inadimplência ainda é alta”, argumenta Gomes. “O consumidor de produtos bancários não tem poder de barganha. Por isso os juros devem baixar pouco na ponta”, avalia Máscolo.